



# Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 46.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1993  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Júlio Bifon.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado José Arthur Ritti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

GABINETE

Nº 0359/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Anteprojeto de Lei que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos,

do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão da Administração Superior do Ministério Público, bem como o valor do salário-família e o percentual das gratificações de representação de gabinete e gratificação de produtividade, a vigor no mês de maio de 1993.

No ensejo desta oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e apreço, a par de minha pessoal consideração.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) ANTERO DA SILVEIRA

Procurador-Geral de Justiça  
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam, a partir de 1º de maio de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo único, desta lei.

Parágrafo Único - Os valores constantes das tabelas do anexo único incorporam a Gratificação de Atividade instituída pelo Decreto nº 2.068, de 28 de janeiro de 1993, com suas alterações posteriores.

Art. 2º - Fica assegurada, aos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a remuneração mínima de Cr\$ 6.309.680,89 (seis milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta cruzeiros e oitenta e nove centavos), se após a aplicação do disposto no artigo anterior, a remuneração do mês de maio não atingir o limite ora estabelecido.

§ 1º - Para fins de apuração da remuneração mínima estabelecida neste artigo, serão excluídos os valores referenciais à hora-extra.

§ 2º - O valor resultante da aplicação do disposto neste artigo será pago na forma de abono.

§ 3º - O abono estabelecido neste artigo não influirá no cálculo do valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vantagens concedidas aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Art. 3º - A remuneração de Secretário de Estado, acrescida de 35% (trinta e cinco por cento) de adicionais por tempo de serviço, será o limite máximo a ser pago aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos

QUINTETO POLICIAL DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## TABELA 1

VERBAIS MAIO DE 1993

TABELA DE VENCIMENTOS

1	20.605.675,201	21.790.070,211	21.190.033,341	22.444.704,671	23.744.658,141	25.094.444,441	26.490.222,241	27.930.151,131	29.410.677,171	31.935.536,241	34.507.757,711
2	22.700.509,121	24.654.091,091	25.643.144,731	26.648.093,401	27.755.649,141	28.885.075,201	29.990.070,211	31.190.033,341	32.444.704,671	33.744.658,141	35.094.444,441
3	19.004.679,141	20.244.167,111	21.076.013,791	21.919.004,341	22.794.401,001	23.700.509,071	24.654.091,031	25.643.144,671	26.648.093,341	27.755.649,071	28.885.075,201
4	16.016.644,201	16.657.212,651	17.323.404,531	18.016.540,711	18.737.210,441	19.404.679,091	20.244.167,051	21.076.013,731	21.919.004,201	22.794.401,731	23.700.509,001
5	11.314.905,071	11.767.502,101	12.230.202,101	12.727.730,271	13.234.039,401	13.744.313,061	14.314.905,501	14.809.644,211	15.405.227,991	16.104.637,101	16.740.024,741
6	9.300.027,011	9.672.020,921	10.050.910,001	10.441.264,401	10.879.717,141	11.314.905,071	11.767.502,101	12.230.202,101	12.727.730,271	13.234.039,401	13.744.313,061
7	7.643.944,071	7.949.702,661	8.267.670,771	8.590.370,401	8.942.334,341	9.300.027,011	9.672.020,921	10.050.910,001	10.441.264,401	10.879.717,141	11.314.905,071
8	6.202.765,071	6.534.076,091	6.795.439,141	7.067.254,701	7.349.944,971	7.643.944,071	7.949.702,661	8.267.670,771	8.590.370,401	8.942.334,341	9.300.027,011
9	9.300.027,011	9.672.020,921	10.050.910,001	10.441.264,401	10.879.717,141	11.314.905,071	11.767.502,101	12.230.202,101	12.727.730,271	13.234.039,401	13.744.313,061
10	7.643.944,071	7.949.702,661	8.267.670,771	8.590.370,401	8.942.334,341	9.300.027,011	9.672.020,921	10.050.910,001	10.441.264,401	10.879.717,141	11.314.905,071
11	6.202.765,071	6.534.076,091	6.795.439,141	7.067.254,701	7.349.944,971	7.643.944,071	7.949.702,661	8.267.670,771	8.590.370,401	8.942.334,341	9.300.027,011
12	5.143.975,221	5.370.534,231	5.505.355,441	5.600.769,021	6.041.120,621	6.202.765,071	6.534.076,091	6.795.439,141	7.067.254,701	7.349.944,971	7.643.944,071
13	7.643.944,071	7.949.702,661	8.267.670,771	8.590.370,401	8.942.334,341	9.300.027,011	9.672.020,921	10.050.910,001	10.441.264,401	10.879.717,141	11.314.905,071
14	6.202.765,071	6.534.076,091	6.795.439,141	7.067.254,701	7.349.944,971	7.643.944,071	7.949.702,661	8.267.670,771	8.590.370,401	8.942.334,341	9.300.027,011
15	5.143.975,221	5.370.534,231	5.505.355,441	5.600.769,021	6.041.120,621	6.202.765,071	6.534.076,091	6.795.439,141	7.067.254,701	7.349.944,971	7.643.944,071
16	4.244.411,271	4.414.107,721	4.590.755,231	4.771.305,441	4.965.340,041	5.143.975,221	5.370.534,231	5.505.355,441	5.600.769,021	6.041.120,621	6.202.765,071

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	
TABELA 1)	
VIG: 05/93	
CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO	
A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SIMBOLO DAS-1.....	13.927.022,55
SIMBOLO DAS-3.....	11.759.342,66
SIMBOLO DAS-5.....	9.370.842,53
B - CARGOS EM COMISSAO	
SIMBOLO 1-C.....	6.047.394,94
SIMBOLO 3-C.....	5.155.617,75
SIMBOLO 9-C.....	3.494.947,69
FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO	
SIMBOLO 1-F.....	192.215,31
SIMBOLO 2-F.....	163.170,43
SIMBOLO 4-F.....	115.497,08

cruzeiros).

Art.5° - Ficam reajustados em 28% (vinte e oito por cento), a partir de 1° de maio de 1993:

- I - os valores das gratificações de representação de gabinete;
- II - o valor da gratificação de produtividade.

Art. 6° - Para fins de concessão adicional por tempo de serviço, aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, computar-se-á, também, o tempo de serviço prestado em empresa pública ou sociedade de economia mista instituída pelo Poder Público Estadual.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

Of. n° 904/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto a este Tribunal de Contas.

Fica, conseqüentemente, sem efeito, o anteprojeto anteriormente encaminhado através do Ofício n° 755/93, de 29 de abril de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa

Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) RAFAEL IATAURO  
Presidente

#### ANTEPROJETO DE LEI

**SÚMULA:** Fixa, conforme especifica, vencimento básico mensal do Cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, do cargo de Auditor e do cargo de Procurador, junto ao mesmo Tribunal, e dá outras providências.

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de março de 1993, em Cr\$ 21.466.406,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e seis cruzeiros), a partir de 1º de abril de 1993, em Cr\$ 27.047.671,00 (vinte e sete milhões e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros) e a partir de 1º de maio de 1993 em Cr\$ 34.621.019,99 (trinta e quatro milhões, seiscentos e vinte e um mil e dezenove cruzeiros e noventa e nove centavos).

Art. 2º - O vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam fixados, a partir de 1º de abril de 1993, em Cr\$ 23.937.187,00 (vinte e três milhões, novecentos e trinta e sete mil, cento e oitenta e sete cruzeiros) e a partir de 1º de maio de 1993, em Cr\$ 30.639.601,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta e nove mil, seiscentos e um cruzeiros).

Parágrafo Único - Fica estabelecido que no período compreendido entre 1º de junho a 30 de novembro de 1993, a correção do vencimento básico previsto nos artigos 1º e 2º, corresponderá ao índice geral de reajuste dos servidores públicos, fixados em Lei.

Art. 3º - Fica instituída uma gratificação de 15% (quinze por cento), a título de representação, ao Superintendente de Inspeção de Controle Externo, inacumulável com qualquer outra do mesmo gênero e inincorporável à aposentadoria.

Art. 4º - As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto nos artigos 1º e 2º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

**Requerimentos:**

#### REQUERIMENTO Nº 1327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) JÚLIO BIFON

#### REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no § 2º, do Art. 175, do Regimento Interno, a diminuição do interstício, de modo que se realizem quantas Sessões forem necessárias, para que se ultime a votação das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4º do Art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente sessão, após votação do item nº 01.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) RENATO ADUR

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Fim da a leitura do expediente).

O SR. DOMINGOS CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero anunciar que se encontra no Plenário desta Casa o Prefeito de Castro, Senhor Rivadar Amenarim, juntamente com o Vereador Gilvano Bacardi.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência se soma às homenagens de Vossa Excelência.

Tendo em vista a solicitação que nos é formulada pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério, bem como pelos demais membros desta Comissão, pelos Relatores Nelson Justus, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Oswaldo Trevisan, e pelo Presidente daquela Comissão, Deputado Erondy Silvério, esta presidência suspende a sessão por 30 minutos, enquanto a Comissão de Constituição e Justiça busca, na reunião

que realiza nas dependências deste Poder, aprovar os pareceres para que possamos, no Plenário, apreciarmos as matérias constantes da Ordem do Dia.

(Sessão Suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está reaberta a sessão plenária. Esta Presidência, em atenção solicitada pelo Deputado Plauto Miró, registra a presença entre nós do Prefeito de Ventania, Eli Santiago, e do Secretário Municipal de Esportes daquele Município, Sérgio Ricardo.

Concedo no Pequeno Expediente a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha).

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores que visitam a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná na data de hoje. Uma das discussões que está ocorrendo a nível nacional diz respeito à extinção do INAMPS, Instituto esse muito criticado nos últimos anos, e que os técnicos e militantes do setor de política nacional de saúde e de saúde pública vêm debatendo e pedindo pelo fim do INAMPS.

Hoje, com a nova Constituição em vigor, com a criação do Sistema Único de Saúde, o INAMPS perdeu totalmente a sua função e o seu papel.

O INAMPS foi lesado pelo setor privado, donos de hospitais, foi lesado pelos Secretários Estaduais e Governos Estaduais inescrupulosos que passaram por esse Brasil afora, inclusive pelos últimos Secretários Estaduais do Paraná que devem hoje à Previdência Social cerca de trezentos bilhões de cruzeiros, sendo o Senhor Delcino Tavares acusado diretamente como pessoa física do desvio do dinheiro, que traremos os documentos bastante breve para essa Assembléia Legislativa.

E agora, aproveitando o debate a respeito da extinção do INAMPS, o setor privado tem levantado alguns pontos, e um deles diz respeito ao repasse de 22% ao Sistema de Seguro Saúde e não mais a Previdência Social.

Esquece de debater e colocar em pauta os Deputados Federais que defendem isto e as Federações Estaduais e Federação Nacional de Hospitais e as empresas de seguros de saúde de dizer a sociedade e a população que esse seguro saúde, que esses seguros feitos por empresas e sistemas bancários não respondem pela necessidade da população brasileira. Senão vejamos: todo sistema de hemodiálise, todo tratamento de câncer, todo tratamento de doenças degenerativas, essas empresas de seguro de saúde não pagam esse tipo de despesa, que é o maior montante de despesas hoje na área de saúde. Isso continuará e continua e é pago

pela Previdência Social, no caso, até a presente data, pago pelo INAMPS. Se o setor privado se diz competente e diz que o serviço público administra mal por que ele não pega e arque e chame para si a responsabilidade do tratamento dessas doenças que hoje não aceitam - em nenhum contrato de empresa seguradora, ou seguro saúde. Se desejam que as empresas contratem o sistema privado para atendimento, que garanta então - no mínimo - todo esse tipo de atendimento que hoje não é dado.

Portanto, embarcar no debate, defendendo que continue como está, alegando que o setor privado é mais competente que o público e mais econômico, não é verdadeiro. Inclusive no que diz respeito à economia, Senhores Deputados, me respondam qual é o sistema privado da área de saúde na área de atendimento médico que no Brasil desenvolve pesquisa a não ser o setor universitário? E ao pegar os índices de mortalidade materna e de mortalidade em berçário, constata-se facilmente que, ao longo da história, o índice de mortalidade no setor público é inferior ao do setor privado, simplesmente porque no serviço público só entra com concurso público e passam os competentes. E nós sabemos que, recentemente, até em alguns locais desse Brasil afora ainda ocorre - que nos hospitais privados, se entra para limpar o chão e dias depois está atendendo doentes nos leitos hospitalares.

Por isso, é que defendemos que o INAMPS seja extinto, que o sistema de auditoria seja feito pelo Estado e pelos grandes municípios onde há condições de fazê-lo e que o sistema seja municipalizado com o repasse de verbas de acordo com o que manda a Lei Orgânica da Saúde, aprovada em 1990.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Tem um cidadão que está agredindo verbalmente o Deputado Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Prefeito Isac Tavares que permaneça sentado na Tribuna de Honra.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito às pessoas que se encontram na Tribuna de Honra que respeitem os Deputados que estão fazendo seu pronunciamento. Fui chamado de vagabundo pelo cidadão que saiu simples-

mente pelo pronunciamento que fiz. E digo, toda documentação do que falei, se encontra na auditoria das Contas Especiais do INAMPS do Estado do Paraná. Existe processo tramitando no Tribunal de Justiça a respeito de desvio de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Rosinha, a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência já foi atendida pela Mesa. E o prefeito, por sua livre e espontânea vontade, já se retirou e a Questão de Ordem já foi atendida.

O DR. ROSINHA - De acordo com o Regimento Interno cabe à Mesa da Assembléia Legislativa que ouviu de viva voz o que foi dito pelo prefeito que saiu, abrir processo por calúnia em nome da Assembléia Legislativa contra o referido prefeito. Cabe à Mesa da Assembléia Legislativa defender os direitos dos Senhores Deputados que se encontram neste Plenário.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já tomou as devidas providências.  
Com a palavra, Deputado Algaci Túlio, no Horário das Lideranças.

SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos encaminhando à Mesa da Assembléia um pedido de apoio ao município de Pinhais para a solução de problemas relacionados às enchentes.

(Lê).

CONSIDERANDO que Pinhais, como município recém-criado na Região Metropolitana de Curitiba, já nasceu com características que o fazem ímpar no contexto dos demais municípios: população acima de 100 mil habitantes; necessidade de preservação das áreas de mananciais; invasões de terras (pela proximidade da Capital) nas margens dos rios;

CONSIDERANDO que as chuvas que caíram sobre o Estado, nos dias 13 e 14 últimos, provocaram enchentes no Município com proporções de calamidade pública - mais de 300 pessoas ficaram desabrigadas;

CONSIDERANDO que os Rios Atuba e Palmital, são de grande importância para o abastecimento de água da Região Metropolitana e no contexto das bacias hidrográficas do Estado; e que os mesmos encontram-se, há mais de 30 anos, sem serem dragados e o assoreamento aumenta continuamente, solicita-se do Sr. Governador do Estado, o necessário apoio ao município de Pinhais, para que o mesmo possa solucionar os problemas das enchentes com as seguintes medidas:

1 - Dragagem dos Rios Atuba e Palmital - com remoção do entulho proveniente do

lixo, etc, depositado nas margens dos rios pelos moradores invasores:

2 - Remoção da população que ocupa as margens dos rios Atuba e Palmital;

3 - Implantação de programa social voltado para população marginalizada (invasores de áreas ribeirinhas):

4 - Repasse de recursos, aos cofres públicos do Município, para que a Prefeitura possa fazer frente às despesas extraordinárias provenientes da calamidade pública provocada pelas enchentes.

Requer-se, ainda, que da presente proposição, se dê conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito João Batista Costa, do município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 17.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Então, estou fazendo um apelo ao Governador do Estado porque esse é um trabalho caríssimo e aqui estão vários prefeitos do interior do Estado, da Região Metropolitana que sabem o valor, o preço para o trabalho de drenagem. É preciso que o Governo do Estado ajude nesse sentido para evitar o que aconteceu no último final de semana onde estivemos ao lado do Prefeito João Costa, estivemos ao lado da população do município de Colombo mais especificamente na região de Guaraituba onde ocorreram enchentes e muita gente ficou desabrigada e muita gente perdeu o pouco que tinha e por esta razão é preciso que, urgentemente, o Governo do Estado providencie um auxílio a esses municípios que não têm condições ainda de poder contratar uma empreiteira para a dragagem desses rios. Por esta razão eu faço um apelo encaminhando um requerimento hoje à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Já tivemos no dia 21 de abril aquele temporal que se abateu na região de Curitiba e Região Metropolitana, causando problemas seriíssimos para esses municípios. Não podemos esperar por uma terceira ocasião para vermos mais pessoas desabrigadas, mais pessoas perdendo o pouco que já possui.

Aproveitando aqui a presença de prefeitos do interior do Estado, no último mo dia 17 completou um ano do furacão que se abateu no município de Almirante Tamandaré. E há previsões de que outros furacões iguais a este ocorram no Estado do Paraná. Por esta razão, (Lê):

CONSIDERANDO a situação de desespero e dor, vivida por milhares de pessoas em diversas cidades do Estado - inclusive com registro de mortes - como consequência das chuvas que atingiram o Paraná, nos dias 13 e 14 últimos;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública, vivida por Municípios, como

Pinhais e Colombo, entre muitos outros, os quais não possuem recursos para cobrir os gastos extraordinários, provenientes do atendimento às pessoas desabrigadas, recuperação de moradias, ruas, etc.

CONSIDERANDO que, ano a ano, tais catástrofes vêm aumentando e que estas têm origem na depredação do meio ambiente, conforme alertas constantes dos ambientalistas e, em especial pela destruição das matas às margens dos rios, beiras de estradas e nas faixas de proteção a cidades:

Requer, à douta Comissão Executiva, o encaminhamento, a todas as Prefeituras do Paraná, apelo, em forma de sugestão, para que os Srs. Prefeitos incluam nos planos de governo as seguintes medidas:

a) Plantar, ao longo dos rios, com árvores nativas, uma faixa de aproximadamente 10 (dez) metros de largura.

b) A mesma medida ao longo das estradas;

c) Do lado Noroeste e Sudoeste das Cidades (onde o vento forte sopra), plantar uma cerca-viva, de aproximadamente 10 (dez) metros de largura, com árvores de grande porte e bem próximas (mais ou menos 1 (um) metro de distância uma da outra).

Tais medidas vêm sendo recomendadas por ambientalistas e meteorologistas, como o Professor Osvaldo Iwamoto, do Centro de Meteorologia da Universidade Federal do Paraná, como forma de resolver o problema de furacão trazido pelos ventos fortes. Além de servir de proteção às cidades, as medidas sugeridas contribuem para melhorar a qualidade do solo e, com a umidade, o equilíbrio da temperatura.

Requer, ainda, além do encaminhamento da presente proposição a todas as Prefeituras do Paraná, que da mesma se dê conhecimento ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura.

Sala das Sessões, em 17.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Eu concedo o aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Obrigado pelo aparte, Deputado Algaci Túlio. E eu acho que quanto mais os Deputados que representam Curitiba, a grande Curitiba, região metropolitana, usarem a tribuna para gritar, falar da importância do que tem que ser feito na nossa região metropolitana, é melhor. Nós não podemos pensar numa Curitiba grande sem antes pensar na grande Curitiba. Por que os problemas não cessam nas divisas. Ademais temos que pensar, como o Governo do Estado vem fazendo e praticou ontem, a facilidade do transporte coletivo, das pessoas que vivem e trabalham aqui. Afinal são mais de 300 mil trabalhadores que moram na região metropolitana e trabalham em Curitiba. Afinal a

água que bebe Curitiba e a região metropolitana vem de São José dos Pinhais, vem em número expressivo de Piraquara, Pinhais, Colombo enfim temos que pensar na região metropolitana como um todo.

E devemos entender que mais de 60% da receita do Estado é oriunda da nossa região metropolitana.

E queria também aproveitar este aparte e pedir aos Srs. Deputados que apressem a autarquia da COMEC, permitindo com isso que ela tenha maior agilidade, porque os municípios não perderão a sua autonomia, porque a sua autonomia está garantida pela Constituição. Vamos solicitar a esta Casa que agilize, o mais rápido possível, porque já há um consenso entre todos os Prefeitos da região. A autarquia da COMEC é um assunto importante e o apoio político dos Deputados que representam esta região aos Prefeitos da região metropolitana é um dever, porque senão, guardadas as devidas proporções a região metropolitana se tornará uma Baixada Fluminense.

Vamos investir recursos do Tesouro do Estado, vamos acreditar que o PROSAM que está sendo elaborado pelo Governo do Estado, em parceria com as Prefeituras, venha mudar a qualidade de vida, a fotografia da qualidade de vida da nossa região metropolitana.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte, Deputado Neivo Beraldin, e sabe V.Exa. que ao seu lado e de outros Parlamentares da Casa fazemos parte do bloco metropolitano e temos procurado, aqui nesta Casa, de todas as formas, levar auxílio às Prefeituras da região metropolitana, da grande Curitiba, porque sabemos das dificuldades que passam estes Prefeitos.

Acho que o PROSAM chegou em boa hora, a gente faz um apelo ao Senhor Governador que não discrimine prefeitos que não pertençam ao seu partido ou ao Partido do ex-Governador Álvaro Dias. Porque até mesmo se isso vier acontecer, pode até correr o risco do PROSAM não ter o êxito que a gente aguarda, que a gente espera e a expectativa que gera aos Prefeitos.

PROSAM que é um projeto de grande envergadura, ele vai trazer grandes benefícios aos Municípios da Região Metropolitana. Agora, não pode ser tratado o Prefeito que não é do Partido do Governador, ou do Partido que dá apoio ao Governador nesta Casa, não pode sofrer problema de discriminação. Acredito que o Governador do Estado tenha bom-senso para analisar de quem mora em Almirante Tamandaré por exemplo, cujo o Prefeito do nosso Partido, do PDT, não pode ele, uma forma talvez até de coação ao Prefeito para que ou muda de Partido ou não recebe o atendimento, por-

que não estará ele prejudicando o Prefeito e nem o Partido ao qual pertence esse Prefeito, mas sim a população daquela cidade que não tem cor partidária, assim também é com os demais e é com outros Partidos também. Concedo um aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência, eu só queria dizer a Vossa Excelência que não é verdade que o Governador esteja discriminando Partidos de outras siglas partidárias e Prefeitos de outras siglas partidárias. O levantamento da Região Metropolitana, englobando todos os Prefeitos, todos os Municípios da Região Metropolitana, está sendo feito por Técnicos da Coordenação da Região Metropolitana, COMEC, e o Governador está recebendo Prefeito por Prefeito, todos os Prefeitos estão indo ao Palácio, no dia de ontem e no dia de hoje; e todos eles estão tendo uma avaliação do que a COMEC levantou; e pela primeira vez o Governador do Paraná está investindo realmente grandes recursos, são muitos milhões de dólares na região metropolitana como um todo, sem qualquer discriminação. Pela primeira vez, Vossa Excelência, que é Deputado de Curitiba, como eu e tantos outros, como Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Erondy, enfim, tantos, vamos ter essa satisfação de termos um Governador realmente voltado a impulsionar de uma vez por todas a nossa Região Metropolitana de Curitiba.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte. Para concluir Senhor Presidente.

Muito embora Vossa Excelência afirme que o Governador esteja discriminando, o que nós sabemos Deputado Geraldo Cartário, demais Deputados, é que tem sido feito uma pressão violenta em cima de Prefeitos que não são do Partido do Governador; há até um assessor, um Ex-Prefeito da Região Metropolitana que era assessor especial do Governador Roberto Requião, que tem se encarregado de fazer o trabalho de conchavos junto aos Prefeitos não ligados ao PMDB e ao PDS.

Por isso, a gente pede e faz um alerta aqui, por enquanto estamos apenas alertando. A hora em que se for comprovado de que Prefeito venha a ser discriminado pelo Governador através, e em especial do projeto PROSAM, sabe Sua Excelência, o Governador, que o projeto pode não ter um andamento normal, porque a verba vem específica dentro de uma programação pré-estabelecida junto ao Banco Mundial, e não pode haver o desvio de verba, a não ser a verba específica para aquele Município através de um projeto, de um programa já previamente estabelecido.

Eu quero acreditar, Deputado Cartário, que não sejam verdadeiras essas informações que nós recebemos, mas a hora que se comprovar uma dessas nós traremos a público, porque o cidadão que mora no Município não tem cor partidária, o Prefeito é o Prefeito de todos os cidadãos do Município, e ele tem que gerenciar o Município pertencendo ele a que Partido pertença; afinal de contas, acredito eu, estejamos vivendo num País democrático onde cada um tem o direito de escolher a sua religião, bem como o seu Partido Político também. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PMDB - Declina  
Liderança do PSDB - Declina  
Liderança do BPI - Declina  
Liderança do PTB - Declina  
Liderança do PFL -  
Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, não poderia deixar de registrar nos Anais desta sessão minha palavra de companheirismo, de correligionário, de uma pessoa que preze e que tenha emprestado relevante serviço ao Paraná. Trata-se do ex-Deputado Augusto Carneiro com quem convivi nesta Casa três legislaturas, integrante do partido ao qual pertenço hoje e que deixa agora a Superintendência da LBA do Estado puramente por questões políticas, partidárias até.

É sabido que o Ministro da Pasta que nomeia, que designa o Superintendente da LBA é integrante do PSDB e o recentemente nomeado sucessor de Augusto Carneiro é Secretário Geral do partido no Paraná. E sob algumas insinuações maldosas que a LBA na administração de Augusto Carneiro estaria destinando recursos de forma irregular, e outras insinuações que não merecem o menor critério, para refutá-las, permito-me aqui ler declaração sucinta de Augusto Carneiro sobre o episódio de sua nomeação. Perguntado sobre as notícias a que me refiro, Augusto Carneiro esclarecia que "os atrasos na liberação de recursos para entidades aconteceram no Brasil todo, não apenas no Paraná: "Só dia 7 de abril é que houve a liberação de recursos e desde então começamos a proceder às autorizações de repasses. Ao todo, são 1.200 instituições no Estado e só conseguíamos efetuar a liberação de 60 por dia, uma vez que há toda uma série de procedimentos a serem obedecidos. Entre esses órgãos e instituições estão creches, Prefeituras, APMI's, APAEs etc.. Aliás, no que respeita às APAEs, é preciso observar que são 150, devidamente conveniadas, e todas elas já receberam os recursos até o mês de abril".

Ele acrescenta que "entregamos a Superintendência com os pagamentos em dia, levando-se em conta que, historicamente, sempre as liberações ocorrem com um mês de atraso".

Carneiro lamenta, ainda, que apenas a APAEs tenham protestado e diz que o Deputado Flávio Arns, para apressar a substituição, precisava criar um fato político. Por isso, as APAEs lhe enviaram uma correspondência inamistosa e até desrespeitosa, com cópia para o Ministro da Ação Social, Juthay Magalhães.

#### ACUSAÇÕES INDEVIDAS

Quanto aos boatos e, especialmente, às acusações que lhe são feitas de utilização indevida de recursos públicos, atribuídas ao Deputado Flávio Arns, Augusto Carneiro disse acreditar que o parlamentar não as tenha feito. "Se fez - assevera - são mentirosas e indevidas, pois sequer tínhamos recursos para desviar ou manipular. E o Deputado, por ser Deputado e presidente das Apaes, sabe disso".

Carneiro enfatiza, por outro lado, que a LBA, cujo nome fora envolvido em graves irregularidades e escândalos, precisa ter sua imagem recuperada. "E isso - aduz - é o que vínhamos procurando fazer, sem outra preocupação. O fato de sermos substituídos é normal, mas é preciso que fique bem claro, perante a opinião pública, que a substituição é política.

Isto é, saiu um Superintendente que é do PFL, entrando outro que é secretário-geral do PSDB, Partido ao qual pertence o Deputado-presidente das APAEs e o Ministro da Ação Social. E nada mais. Tudo o que se disser além disso, é inverdade, maldade, mentira - que só iria contribuir para o descrédito da LBA, entidade que tem tanto a fazer num momento de grave criação social como esse em que vivemos e onde a grande massa de carentes tanto precisa e espera da instituição", concluiu Augusto Carneiro.

(Termina de ler).

Faço este registro, Sr. Presidente, para dizer que Augusto Carneiro não só foi apenas um dos mais brilhantes e sérios Deputados desta Casa. Como integrante do nosso Partido, Presidente do Partido da Frente Liberal, tem com dignidade cumprido o seu papel com as dificuldades que todos nós sabemos, enfim, no que diz respeito a sua conduta pessoal, é das mais ilibadas do Paraná, serventário da justiça, agricultor, político.

Augusto Carneiro honra os quadros do meu partido e nas amizades que dele tenho a honra de merecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em

atenção ao pedido do Deputado Neivo Beraldin, anunciamos a presença do Vereador Ivo Zarpelão: Deputado Duílio Genari, Prefeito Antonio Fregulha de Formosa do Oeste; dos Vereadores Valmor de Matos Cavalcanti, José Machado Santana, Nilton Penedo, José Arsênio Navarro e Sérgio Micheloni e também do Vereador Manoel Inácio de Toledo e de seu assessor Irineu Agnes.

Esta Presidência saúda todos os prefeitos e vereadores presentes na pessoa de Luiz Amaral, Presidente da Associação Paranaenses dos Municípios, e na pessoa do companheiro José do Carmo, Secretário Nacional da Associação Brasileira dos Municípios.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, eu gostaria também de registrar aqui nesta sessão de hoje a presença do Prefeito de Guaraniaçu, Blamir Bórtoli, Presidente da Cantuquiriguaçu: associações do rio Iguaçu, do rio Cantu, e do rio Piquiri. Gostaria também de registrar, para nossa honra, a presença do Prefeito de Sulina, Vilmar Sangaleti, do Prefeito de Jesuítas, Augustinho Heinzen e do Presidente da Câmara de Nova Aurora, companheiro Cláudio Xavier.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está registrado.

Com a palavra o Partido Progressista - (Declina);

Partido Liberal - (Declina);

Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ocupo esta tribuna apenas para exigir, este é o termo adequado, da Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná que faça cumprir o Regimento Interno e a Constituição Federal.

Um Parlamentar desta Casa que tem assegurada a inviolabilidade nesta tribuna foi pública e abertamente agredido aqui com difamações e com ameaças. E a Mesa da Assembléia Legislativa deveria comportar-se como determina o Regimento e a Constituição: determinando à imediata prisão, sem transigir, daquele cidadão, não importa se era prefeito. Porque se um Deputado ou qualquer cidadão adentrar o recinto, por exemplo, de um julgamento de um Tribunal, de uma sala de audiência e agredir um juiz no momento em que este estiver se pronunciando, prolatando sua sentença, será, irremediavelmente, preso. A mesma coisa se fosse num gabinete do Poder Executivo, seria imediatamente preso pelos segui-

ranças da Casa aquele que estivesse agredindo um Governador de Estado.

Acho que este Poder deveria se fazer respeitar porque a pressão aqui é legítima, a discordância é legítima, mas não aqui dentro desta Casa.

A agressão não pode ser admitida e a Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, não pode se comportar como Mesa de um partido ou de um governo, ela deve se comportar como Mesa de um Poder, respeitar esse Poder, fazê-lo respeitar.

Então, eu queria aqui, em nome da bancada do PT, fazer esse desagravo ao nosso colega Florisvaldo Fier, como faríamos com qualquer outro Deputado, que eu presenciei, testemunhei à ameaça e difamação, e não vi nada de mais enérgico e uma atitude sendo tomada nesse sentido.

Eu tenho certeza inclusive, que os demais prefeitos que estão hoje nesta Tribuna de Honra, sairão certamente com uma imagem muito ruim deste Poder e tenho certeza também que não concordaram com o ato de um dos prefeitos que estava aqui, tenho certeza absoluta disso. Eu acho que preservar a integridade física, o direito e a inviolabilidade de um mandato é uma obrigação da qual a Mesa e a Presidência e a Assembléia, não podem abrir mão em hipótese alguma. É imperativo que a Mesa defenda os mandatos.

O que nós estávamos aqui presenciando, Sr. Presidente, foi uma violação de um mandato, não foi da pessoa do Deputado Rosinha, nem das suas opiniões. Podemos discordar das opiniões do Deputado Rosinha. Se a pessoa que estava aqui se sentiu agredida, ofendida pelo seu irmão, teria o direito de ingressar com uma ação judicial e pedir a esta Casa que autorizasse que o Deputado fosse processado regularmente nos termos da lei. Mas não pode, como convidado adentrar nesta Casa para agredir um dos membros da família. Isso não se admite.

Então eu quero aqui, em nome da bancada do PT, lamentar que nós sejamos tratados, alguns Deputados, não como Deputados, mas como adversários políticos.

Eu acho que a Mesa deve separar a sua posição política, o seu partido, porque quando sentado naquela mesa deve proteger a todos, sem distinção e sem discriminação.

Esse protesto, tenho certeza absoluta, ele é endossado pela maioria dos Deputados que estão aqui e nós esperamos que a Mesa tome as providências enérgicas contra aquele cidadão.

É isso Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ernani Pudell.

A Mesa sente-se sensibilizada com a

proposta de V.Exa. e, já quando da questão de ordem do Deputado Rosinha, tomou as providências que entendeu necessárias naquele momento, mas nos congratulamos com V.Exa., com o Deputado Rosinha e com o Deputado Ovídio, pela postura que adotam na tarde de hoje, porque em situação semelhante, quando em sessões anteriores, no ano passado, quando Deputados do bloco do governo eram também por palavras agredidos nas suas posições por alguns servidores que se encontravam durante o processo de votação, quando a Mesa solicitava que eles se portassem de acordo com o Regimento, foram, de certa forma, protegidos em seus atos pela bancada do PT.

Então, nós nos orgulhamos que V.Exas. neste momento tenham mudado de opinião, porque este não foi o comportamento da vez passada.

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PTB - Sr. Deputado Mário Bezerra, dentro do espírito democrático que norteia esta Casa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço a Vossa Excelência pelo espírito democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por duas vezes nesta semana o Governador Roberto Requião foi personagem importante na mídia do Paraná e até na mídia do Brasil, eu acho.

Parece-me que a cada dia que passa o mandatário máximo do Palácio Iguaçu faz o possível e o impossível, até acentua as posições ridículas perante a opinião pública.

Na última segunda-feira, o Governador aqui nesta Casa, quando participava de um evento promovido por este Poder, ele inventou que o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira havia sido demitido do Ministério de Itamar Franco.

Assediado pela imprensa, ele saiu pela tangente no final da sua conversa e depois tentou jogar a responsabilidade, descaradamente e com ironia, junto às meninas ou das secretárias de parlamentares nesta Casa. Um fato ridículo que na história do Brasil nunca vi ser contado, em nenhum Estado.

Eu acho que o caso, verdadeiramente, é de psiquiatria, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é possível que um Governador de Estado faça o papel ridículo que o Governador anda fazendo.

Eu até faço das palavras do Presidente do PTB do Paraná, O Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, as minhas. Nos jornais de hoje, uma matéria que o Presidente do PTB fez estampar. (Lê):

"LUIZ ALBERTO CONDENA  
'AUTOFAGIA' DE REQUIÃO

'É inaceitável que a autofagia ainda seja praticada com vigor por alguns políticos desagregadores do Paraná', lamentou ontem o senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, Presidente do PTB-PR, ao comentar a falsa notícia espalhada entre jornalistas e políticos pelo governador Roberto Requião, de que o presidente Itamar Franco havia demitido o Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo de Andrade Vieira. 'É pena que o governador tente puxar para baixo lideranças paranaenses que se sobressaem no cenário nacional, ao invés de unir-se a elas para fortalecer e trazer benefícios ao Paraná', criticou.

Segundo Luiz Alberto, o autofagismo demonstrado pelo governador no episódio desta segunda-feira, 'é algo ultrapassado e abominável'. Para ele, estas práticas não são compatíveis com a situação de dificuldade que o Estado atravessa, pois 'enquanto o Paraná estiver apresentando números como os revelados pelo IBGE, com mais de um milhão de miseráveis, certamente não somos o Estado que está dando certo no Brasil'. O senador disse que se o Governador estivesse preocupado com o Paraná, 'deveria procurar fazer com que suas lideranças mais expressivas obtivessem cada vez mais destaque no cenário nacional para tentar consertar os graves problemas que o Estado atravessa'.

Luiz Alberto lembrou que o Ministro José Eduardo é considerado no Senado, por Senadores como Mauro Benevides e Nelson Wedekin, líderes do PMDB e do PDT, respectivamente, como um dos ministros mais atuantes do governo federal, que tem produzido políticas com vistas à retomada do desenvolvimento e conseguido acordos importantes com os supermercados e a indústria automotiva, com resultados práticos na economia brasileira e na vida do trabalhador. 'O próprio Vicentinho (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), declarou que o acordo com a indústria automotiva foi a maior conquista na área trabalhista que o Brasil já teve nos últimos 40 anos', lembrou. Para o senador, é lamentável que o governador tente puxar o ministro para baixo, 'num momento em que o Brasil inteiro reconhece e aplaude a capacidade de José Eduardo'.

O senador Luiz Alberto finalizou dizendo que, na medida em que recebe apelos de Roberto Requião para somar esforços para conseguir recursos para o Paraná, se sente à vontade para dar-lhe um conselho: 'Governador, o momento é de união, não de desagregação.'

- É lamentável o circo que o Governador montou na Assembléia, na última segunda-feira.

Não bastasse aquela, ontem de manhã, presenciamos um fato lamentável pela Rede

Paranaense, no Bom Dia Paraná.

Hoje os jornais estampam (Lê):

José Wille, sabidamente um dos melhores quadros da televisão do Paraná, apresentador e produtor do programa "Bom Dia Paraná", começou mal o dia de ontem. Tendo como convidado o governador Roberto Requião de Mello e Silva, viu a primeira parte da entrevista transcorrer com relativa "normalidade". Isto é, Requião de Mello e Silva dedicou-se a um de seus "esportes" prediletos do momento - os ataques ao ministro José Eduardo de Andrade Vieira.

Admitiu - a uma pergunta de Wille - que ajudara a ampliar a onda de boatos que assola o País ao anunciar, em entrevista à imprensa na segunda-feira, que o ministro José Eduardo deixara o governo.

#### DIA DA IRA II

Num momento de lúcida "mea culpa", Requião de Mello e Silva foi aos escaninhos de seu inconsciente: "É tanto o desejo de vê-lo fora do governo que acabei anunciando a saída dele (ministro)."

Animado, talvez, pelo laivo de honestidade da confissão governamental, o entrevistador do Canal 12, com muito jeito, indagou se o governador, por acaso, não estaria dando razão à imprensa, que frequentemente o aponta como cultor de uma personalidade propositalmente exótica (a revista "Interview" chamou-o de "doidão").

Requião subiu às tamancas: "Não brinque comigo, sou um homem sério" - respondeu a surpreendentemente ofendida excelência.

#### DIA DA IRA III

A entrevista andou, ainda longa, completando-se com inesperada grosseria governamental ao repórter, o que, aliás, não é novidade nenhuma no relacionamento do ex-democrata Requião quando se dirige também aos profissionais da comunicação social.

-Wille, você estava meio doidão na entrevista...

A frase, que não se poderia esperar de quem exigira, minutos antes, respeito, foi ouvida em pleno ar. O Paraná como testemunha.

Com a altivez de quem sabe que a glória dos poderosos é transitória, mas que a sua dignidade pessoal não tem preço, o jornalista José Wille não titubeou. Também no ar, respondeu:

-Eu apenas correspondi ao comportamento do governador no estúdio...

Requião saiu batendo portas e ameaçando demissões. (termina de ler) "

E, o que é pior: ele tentou demitir o jornalista José Wille, por ter-lhe respondido com sabedoria aos ataques. Só não foi demitido, parece-me, graças à intervenção

do Sindicato dos Jornalistas. E o bom-senso, acima de tudo, daquele que dirige a Rede Paranaense de Televisão.

O Governador quer estender os seus tentáculos de rei, também lá, na televisão. Infelizmente, Srs. Deputados, nós temos que fazer estas observações, desta Tribuna, lamentavelmente. Porque eu gostaria de usar da Tribuna para tecer elogios, falar da força que o Paraná representa, tanto a nível interno quanto externo, das suas lideranças, da unidade política.

Mas, infelizmente, temos que fazer algumas referências depreciativas com as violências no Governo do Estado, porque infelizmente, está faltando liderança para assumir a batuta desta grande orquestra que se chama a política paranaense. Ao invés de elogiar o trabalho do Senador, lá em Brasília. Juntar-se as forças. Não! Ele quer, a todo custo, derrubar o único Ministro que o Paraná tem, como seu representante junto ao Governo Itamar Franco.

Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com constrangimento, nós da Bancada da Oposição temos que tecer estes comentários, nada elogiosos ao Governo do Estado do Paraná.

E, fica aqui a minha repulsa pela atitude dele, também, em querer além de segurar a Assembléia, querer travar a todo custo, até com demissões de jornalistas, aquilo que ele pretende fazer pelo Paraná: ou seja, o seu desgoverno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário do Expediente. Passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 0359/93, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 904/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto a este Tribunal. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando inversão da Ordem do Dia

da presente Sessão, após votação do item n° 01. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - da Proposição n° 026/92, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur, Durval Amaral e outros, altera o inciso IX, do Art. 179, da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus para o Orçamento da Educação". Com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

#### PROPOSIÇÃO N° 026/92

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

SÚMULA: Altera o Inciso IX do Art. 179 da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus para o Orçamento da Educação".

Art. 1.<sup>o</sup> - O inciso IX do Art. 179 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Art. 179 ...

IX - Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 2.<sup>o</sup> - A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.92.

(aa) RENATO ADUR

DURVAL AMARAL

Apoiamento: Rossoni - Colombino Grassano - Nelson Garcia - Erondy Silvério - Oswaldo Trevisan - Costenaro Neto - Alceu Swarowski - Dobrandino da Silva - Ademar Traiano - Cleiton Kielse - Orlando Pessuti - Algaci Túlio - Edson Silva Lino - Dirceu Manfrinato - Toti Colaço - Elio Rusch - Eurides Moura - Nelson Justus - Severino Félix - Mário Bezerra - José Tavares.

Considerações sobre a alteração da redação do Inciso IX do Artigo 179 da Constituição Estadual.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Constituição do Estado do Paraná exclui do montante dos investimentos na manutenção e desenvolvimento do ensino os gastos efetuados com o atendimento do educando através dos programas de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Que a redação do inciso IX do art. 179 da Constituição do Estado do Paraná "restringe" o que preceitua a Constituição Fe-

deral no seu art. 208, Inciso VII excluindo tais investimentos do Orçamento da Educação, (entendido como 25% da receita resultante de impostos a serem aplicados pelos municípios - Art. 212 CF).

Que os programas de atendimento ao educando nos diversos níveis de ensino, previsto no Art. 179, Inciso IX são essenciais ao acesso e permanência do aluno na escola.

Que a universalização do ensino fundamental prevista no Art. 60 ADTC da C.E. efetuar-se-á realmente se for ofertado às populações carentes o material didático-escolar, a alimentação, a assistência à saúde e o transporte escolar, principalmente àqueles habitantes das zonas rurais e periferias urbanas.

Que os programas suplementares vêm sendo mantidos pelos cofres municipais, beneficiando grande parcela da população, hoje matriculada em escolas estaduais e municipais frequentando o ensino fundamental de 1.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série e ensino médio, que não pode prescindir desses serviços.

Que a oferta do transporte escolar em particular possibilita estender atendimento à maioria dos educandos, proporcionando-lhes maior acesso, garantindo-lhes a permanência na escola (conforme art. 208 da C.F.), tendo como decorrência a redução do analfabetismo além de expansão da oferta do ensino fundamental até a 8.<sup>a</sup> série e a possibilidade da progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio, pré-escolar e educação especial.

Que a oferta ao ensino fundamental e médio à população rural, que se torna viável pela oferta do transporte escolar, interfere na qualidade de vida, melhorando-a e propiciando a permanência do homem do campo, evitando assim o êxodo rural.

Que o transporte escolar, apesar de representar mais um investimento na educação, representa acima de tudo a garantia do acesso à permanência de muitos alunos à escola.

Que a expressão "sem ônus para o orçamento da educação" tem provocado problemas nos municípios quando do julgamento das contas municipais pelo Tribunal de Contas, que não tem aceito como despesas em educação os gastos com transporte, alimentação, etc.

Propomos a presente emenda à Constituição Estadual, que corrigirá a distorção e solicitamos o apoio aos nobres Pares para sua aprovação.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA  
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL  
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL  
PROPOSIÇÃO N° 026/92

P A R E C E R:  
É proposta de Emenda supressiva à

Constituição Estadual, de autoria do nobre Senhor Deputado Durval Amaral, possui o cunho de suprimir a expressão "sem ônus para o orçamento da educação" contida no inciso IX, do art. 179, da Magna Carta, abaixo exposto.

"Art. 179 - O dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:

IX - atendimento ao educando, no sentido pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares e material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, sem ônus para o orçamento da educação."

A matéria é sujeita a disposições especiais, conforme mandamentos contidos no Título V, Capítulo I, artigos 192 a 199 do egrégio Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Procedida a análise constitucional e regimental da Proposição, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da matéria.

Nestas condições, esta Comissão Especial de Reforma da Constituição Estadual, dá seu parecer favorável à Emenda, estando a mesma em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

Apoio: Djalma de Almeida César.

A Mesa informa ao Plenário que será esta proposta aprovada pelo processo de voto nominal que obtiver em ambos os turnos três quintos dos votos dos membros desta Assembléia. Portanto a votação é nominal e é necessário que para a sua aprovação tenhamos... São necessários 33 (trinta e três) votos favoráveis.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, louvo a iniciativa e a preocupação que demonstram através desta Emenda dos Deputados Renato Adur e Durval Amaral. Temos, de fato, que fazer com que saíamos do discurso e vamos à prática em termos da situação falimentar em que se encontram os Municípios Paranaenses e porque não dizer dos Municípios Brasileiros.

Vemos que há sempre uma proposta de Municipalização e de responsabilidade dos Municípios na Saúde, na Educação e em outros campos mais, mas lamentavelmente as contrapartidas a nível de Governo Estadual e Governo Federal não existem. E nós temos certeza que, de fato, esta Casa deve se

preocupar, volto a repetir, com a situação pela qual se encontream os Municípios Paranaenses. Quero registrar, nesta oportunidade, também o Ofício n° 273 de 18/05/93 da Câmara Municipal de Cambé que pedem, através de Requerimento aprovado naquela Casa, requerimento este do Vereador José Fabiano Nogueira Rangel, por unanimidade, pedido para que se vote contrário a essa tentativa de alteração da Constituição do Estado no que diz respeito as verbas destinadas à Educação. Não queremos entrar nesta questão.

Queremos deixar registrado nesta Casa alguns fatos que nos preocupam. Não é apenas ficarmos no discurso, não é prometermos aos Prefeitos migalhas, ou alguma coisa que amanhã pode ser derrubada ou que traga um complicador ainda maior. E, para isso, nós temos uma análise desta proposição e vamos relatá-la ao Plenário desta Casa, para que fique bastante claro, que a nossa posição não é contrária aos interesses dos Municípios do Paraná. Somos pelos Municípios e aqui temos nos expressado frequentemente em relação a isto, mas há alguns aspectos legais que precisam ser registrados, senão vejamos:

(Lê):

PROPOSIÇÃO N° 026/93

"A Proposição de Emenda ao Artigo 179, inciso IX, da Constituição do Estado apresentada nesta Casa é absolutamente inconstitucional, pois entra em flagrante confronto com o disposto no Artigo 212 da Constituição Federal.

A vigorar a intenção dos Deputados Durval Amaral e Renato Adur, sérios prejuízos serão acarretados a já tão combalida educação do Paraná. Querem inserir nos 25% de receita tributária, destinados legalmente à educação, outros gastos com transporte, material didático e saúde. Isso é inconstitucional.

Este Artigo 212 da Constituição Federal manda que os Municípios apliquem anualmente nada menos que 25% da sua receita de imposto na manutenção e desenvolvimento da educação.

O parágrafo terceiro deste mesmo Artigo 212 diz, textualmente, que a distribuição de recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação.

O parágrafo 4° do mesmo Artigo 212 merece especial atenção e fundamenta a inconstitucionalidade da proposição de emenda ao mandar que os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários; ou seja, justamente estes gastos com material didático, alimentação, saúde e transporte deverão advir

de verbas diferentes daqueles 25% do orçamento da educação.

A proposta de emenda à constituição, portanto, é inconstitucional, pois justamente pretende inserir tais gastos com merenda, saúde e transporte nos 25% da receita orçamentária dos Municípios."

Cabe ao Plenário analisar essa proposta que estamos levando a esta Casa para reflexão, e queremos deixar registrado que este Poder Legislativo ao invés de querer, de forma inconstitucional, alterar o inciso IX, do Art. 179 da Constituição Estadual, deve, no cumprimento dos seus deveres de fiscalização da aplicação das verbas destinadas à educação, requerer urgentemente à SEED e FUNDEPAR, através do Governo do Estado:

1. Como o Governo do Estado está recebendo as cotas do Salário Educação que as empresas do Paraná descontam mensalmente para o Salário Educação e são recolhidas ao Governo Federal;

2. Como estas verbas são repassadas (qual o período que a Secretaria da Fazenda retém em seus cofres) à FUNDEPAR para serem aplicadas em Projetos de Educação aos municípios.

3. À FUNDEPAR, quais os critérios e como estão sendo repassadas suas verbas às Prefeituras do Paraná.

Então nós vemos aqui que se procura apenas um paliativo que não vai resolver o problema dos nossos municípios, mas se procura, mais uma vez, enganar os municípios paranaenses dizendo que através da retirada dessa expressão "- sem ônus para a educação", os problemas em termos de saúde, de alimentação escolar e de transporte escolar estarão resolvidos a nível de município. Quando, na realidade, isso não passa de um golpe. As dificuldades dos municípios são muito maiores, onde estão as contrapartidas, voltamos a afirmar! Onde estão os repasses de verbas destinadas quando se municipaliza o sistema de educação no Estado do Paraná e se repassa aos municípios em quase a sua totalidade, verbas com atraso de 60 ou mais dias e o município assume toda a responsabilidade como estão aí falidos pelo sistema de municipalização da saúde e não há contrapartida em relação a isso.

Por isso nossa preocupação em deixar registrar esta proposta e que não se faça pela metade, mas que exija, no todo, as explicações do Governo do Estado, as explicações do Governo Federal. Está aí a falência da merenda escolar! Onde está o dinheiro recolhido à Fundação de Assistência ao Educando e que deveria ser repassado em termos de merenda escolar. Então essa discussão tem que ser mais ampla, não é apenas a preocupação em avançar já nos míseros 25%, limite mínimo que estabele-

ce a Constituição Estadual para se investir na educação fundamental. A nossa preocupação é muito maior nesse instante, porque a responsabilidade de todo o ensino fundamental de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série nesse momento está nas mãos dos municípios e há também já a discussão, a nível de bastidores, isso tem que ser deixado bem claro, aos municípios, que posterior à municipalização de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> virá à de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> e, com certeza, as coisas para os municípios haverão de piorar ainda mais. Por estas questões que não estão sendo muito bem claras na atual proposta, eu quero deixar registrado o meu voto contrário ao que está se fazendo atualmente. Isso representa a preocupação muito séria para quem conhece a educação, não como propaganda de fazer voto, mas como alguém que está interiorizado e que viveu esta realidade no seu dia-a-dia.

Também registro nesse momento a posição contrária da Deputada Emilia Belinati por estas razões apresentadas neste plenário, e tenho certeza servirão de reflexos ainda maiores e mais preocupantes a todos os prefeitos presentes nesta oportunidade e a todos os prefeitos do Paraná porque não podemos mais aceitar que se faça política pela metade, que não se mostre a verdade, porque está se escamoteando a realidade em termos de verbas na sua conjuntura maior a nível dos municípios do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

O que nós quisemos na realidade, com essa emenda, foi nada mais, nada menos do que adequar a Constituição Estadual à Constituição Federal.

Nós temos aqui a Constituição Federal no seu artigo 208, inciso 7°. Artigo 208 - "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de;

Inciso 7° - O atendimento ao educando e ao ensino fundamental através de programas suplementares e material didático suplementar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

Enquanto que nós temos na Carta Estadual no seu artigo 179 - "O dever do poder público dentro das atribuições que lhe são conferidas será cumprido mediante garantia de:

Inciso 9° - Atendimento ao educando no ensino pré-escolar fundamental médio, de educação especial através de programas suplementares com material didático escolar, transporte, alimentação e saúde, complementando-se sem ônus para o orçamento da

educação.

O que nós quisemos, mediante o impasse que vem ocorrendo há vários anos com os prefeitos municipais, principalmente os prefeitos das pequenas e médias cidades do Paraná, aonde o acesso do estudante a uma escola de melhor qualidade ou a uma escola mais preparada para educação é muito difícil. Nós temos alunos que moram nas barrancas de rios, moram nos distritos, nas vilas longínquas, nas pequenas comunidades. Esses alunos ficam cerceados no seu direito de igualdade na educação.

As comunidades se mobilizam, pressionam os prefeitos e os prefeitos são obrigados a dar solução para um problema crucial que não vê um pai de aluno chorar porque seu filho não pode ter a oportunidade de uma escola melhor, ou de uma escola qualquer que seja. Cabe aos prefeitos nesse momento providenciar a aquisição de ônibus, alugar ônibus, alugar rurais, Kombis para fazer o sistema, que é comum hoje no Estado do Paraná se transporte de alunos das periferias para os maiores centros dentro do seu município. E o prefeito na hora de prestar contas junto ao Tribunal de Contas desta despesa obrigatória e específica para o setor de educação básica, o prefeito encontra óbices, encontra dificuldades porque o Tribunal de Contas tem resistências e tem mantido a sua posição de não aceitar uma verba destinada especificamente para a Educação como não sendo uma verba específica que eles possam aceitar como despesa para a Educação.

O que nós fizemos foi tão somente adequar a Constituição estadual à Constituição federal. A questão levantada pelo nobre Deputado Paulo Maia, que também é preocupado pelas questões de Educação, no Paraná, nós não questionamos a questão de alimentação e a questão de saúde, nós até pedimos que o Deputado Paulo Maia entrasse em contato com a Presidência da Associação de Municípios do Paraná, que discutisse essa questão.

Como hoje nós votaremos somente a constitucionalidade do Projeto, desta Emenda, nós entendemos estarmos perfeitamente enquadrados, dentro da constitucionalidade, nos reservando o direito apenas desta parcela: - "Sem ônus para o orçamento da Educação." Isso não quer dizer que o município seja obrigado a gastar apenas os 25%, na Educação, ele tem a obrigação de gastar, no mínimo 25%! Então o município está incluindo a despesa de transporte escolar, que ultrapassam, hoje, porque é uma despesa real, 35 e até 40% em alguns municípios. Quanto menor o município, quanto maior a área de seu município, maior a dificuldade do prefeito! Em Curitiba nós não vemos problemas para o município, porque é um município grande, com uma estrutura de

ônibus urbano muito bem instalada, que vem sendo feita ao longo dos anos. O aluno não tem este problema, todos os bairros são servidos por ônibus. Ponta Grossa é uma cidade grande, praticamente a mesma coisa, Londrina. Mas as pequenas cidades do interior, com áreas relativamente grandes, têm dificuldades imensas! E a maioria dos prefeitos tem dificuldades na hora de prestação de contas ao Tribunal de Contas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós respeitamos a posição do Deputado Paulo Maia na questão de alimentação e saúde, não podemos admitir, em hipótese, alguma que se atribua a nossa Emenda, como uma Emenda eleitoreira, de cunho político, porque não é essa a nossa prática, nessa Casa, e o tempo de trabalho, de luta nossa aqui pode ser perfeitamente o testemunho disso. Não podemos vestir esta carapuça, com todo respeito que temos ao Deputado Paulo Maia. Estamos dispostos ao diálogo, mas entendemos que este problema é o que atinge 95, 98% de todos os prefeitos do Paraná.

Por isso pedimos aos Srs. Deputados, precisamos de 33 votos para aprovação dessa Emenda porque é uma Emenda à Constituição do Estado. Nós respeitamos a posição do Deputado Paulo Maia, a Associação dos Municípios está aberta para o diálogo e pedimos o apoio e a compreensão de todos os companheiros desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para a Votação.

Esta Presidência informa que, ao ser chamado o Deputado deverá responder em voz alta e proferir, SIM, se for a favor e NÃO se for contrário a Emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu desejo registrar a postura do companheiro líder da Bancada do PDT, Deputado Paulo Maia. Esta regulamentação deste Artigo tem exigido de nossa Bancada muita discussão, muitas análises. Hoje pela manhã em reunião da Bancada, o Deputado Paulo Maia entendeu de liberar a Bancada do PDT para que cada um de seus integrantes vote como suas consciências assim desejarem. Por esta razão, apesar de entendermos perfeitamente a defesa aqui do Deputado Paulo Maia, e em relação ao que disse o Deputado Renato Adur, nós queremos registrar esta nossa solidariedade ao Deputado Paulo Maia e o agradecimento a ele por entender a posição desse ex-vice-Prefeito, que tem tido um contato permanente com os prefeitos da grande Curitiba, da região metropolitana, de uma Bancada que tem o ex-Prefeito, Luiz Carlos Zuk, de uma Bancada que tem um ex-vice-Prefeito, Deputado Cezar Silvestri,

e de uma Bancada que tem a Deputada Emilia Belinati, esposa do ex-Prefeito Antonio Belinati. Então, a Bancada do PDT está liberada segundo o entendimento nosso como o Líder, Deputado Paulo Maia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - (Termina a chamada nominal para votação).

Esta Presidência anuncia o resultado da votação à proposta de emenda à Constituição.

52 Senhores Deputados votaram. Votaram "NÃO", portanto pela rejeição da proposta, 7 Senhores Deputados. Votaram "SIM" 45 Senhores Deputados. Está aprovada em primeiro turno.

Diante do que estabelece o Artigo 195 do Regimento Interno, a proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões. Portanto, a matéria retornará após decorridas cinco sessões plenárias.

Atendendo a inversão da Ordem do Dia aprovada pelo plenário, 1ª Discussão do Projeto de Lei 186/93.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/93, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 08 de janeiro de 1990, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, ficam, a partir de 1º de maio de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo único, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 50, de 18.05.93.).

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Para discutir, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu confesso que subo a esta Tribuna hoje decepcionado porque os servidores e os juizes do Paraná já há muito tempo dizem que o nosso Governador tem dito inverdades sobre a realidade salarial de diversas categorias do Paraná, mas não me constava, até agora, dentre os defeitos e os desvios de personalidade do nosso Governador, que ele faltasse com a palavra empenhada. O Governador do Estado faltou com a palavra empenhada.

O Presidente desta Casa, diversos líderes são testemunhas de que o Partido dos

Trabalhadores sempre viu com simpatia uma política de isonomia salarial, estabelecimento de tetos máximos de salários, revisão de cargos e salários do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo. Nós até mesmo manifestávamos a nossa concordância em punir os Deputados com remunerações equivalentes a dos secretários de Estado e a dos desembargadores. Todas estas propostas estavam, obviamente, que se referem à Mensagem 107/93, e sempre estiveram condicionadas a outros fatores. Em primeiro lugar o Governador do Estado deveria definir quanto ganham os secretários de Estado que seria o teto para os desembargadores e para os Deputados. A partir daí definir também o piso salarial. Uma vez definido o piso salarial, nós saberemos que o limite da remuneração do Estado também seria vinte vezes este piso salarial. E, finalmente, abrindo mão do Poder Legislativo e o Poder Judiciário das suas prerrogativas de fixarem os seus próprios vencimentos, nós submeteríamos todos, Judiciário, Executivo e Legislativo, ao império da Lei, uma lei de política salarial há tanto tempo reclamada pelos servidores.

Não estamos aqui querendo defender propostas demagógicas que visam a políticas salariais que o Estado não pode comportar, políticas salariais acima da capacidade da receita do Estado, da sua capacidade de pagamento, mas é plenamente possível um governo estabelecer um critério dentro do limite constitucional de 65% da receita do Estado com critérios de reposições salariais periódicas e níveis de inflação verificadas com uma certa periodicidade já estabelecida. Isto estava acordado com o Governador do Estado do Paraná.

Esta proposta fecharia um conjunto de elementos que traria na verdade uma reforma profunda de toda a administração do funcionalismo no Estado do Paraná, acabaria, definitivamente, com todos os privilégios e submeteria todos, inclusive os Parlamentares, a uma política salarial no Estado.

Mas eu me confesso frustrado por perceber que o Governo do Estado do Paraná coloca uma armadilha nas mãos da Assembleia.

Quero aqui, em tom de profecia, dizer aos Senhores Deputados da Bancada do Governo especialmente, com os quais nós acompanhamos ontem a votação, quando nós tratamos de certa forma de derrotar a posição e a reivindicação dos magistrados aqui nesta Casa.

Nós, da bancada do PT, votamos contra a pretensão dos magistrados, embora tenhamos defendido sucessivamente o direito de que eles tivessem uma política salarial decente e que tivesse respeito por parte do Governador, mas o fizemos porque sabíamos

que hoje iríamos aprovar o projeto de lei 186 e a mensagem 007 e os vencimentos aprovados ontem para os magistrados seriam os mesmos aprovados para os Secretários de Estado e para os Deputados. Esta era a linha de coerência que nós estabelecíamos.

Agora nós vamos analisar o projeto de lei 186/93, fixa o vencimento do Secretário de Estado nos valores que foram combinados, que servirá como novo redutor para diversas categorias: procuradores, delegados, fiscais de rendas e assim por diante, então se eleva o primeiro momento a 93 milhões de cruzeiros o salário do Secretário. Ao mesmo tempo e aí é que está a grande armadilha do Governador Roberto Requião. Ele estabelece também de uma forma aparentemente simpática, um piso salarial de seis milhões e pouco, para ser mais exato Cr\$ 6.309.000,00, este seria o menor salário pago pelo Estado.

Agora vejam os senhores o que diz exatamente este artigo, analisando ele com cuidado:

Fica assegurado aos servidores públicos ativos e inativos a remuneração mínima de Cr\$ 6.309.000,00, quando ocupantes de cargos de nível operacional e se após a aplicação do disposto no artigo anterior, que é o reajuste, a remuneração do mês de maio não atingir o limite ora estabelecido.

No parágrafo 2º e aí está a grande armadilha o valor resultante da aplicação do disposto neste artigo será pago na forma de abono. Abono, Senhores Deputados. Se nós olharmos a tabela que vem anexa, vamos ver que na verdade o piso salarial do funcionário do Estado do Paraná é Cr\$ 3.100.000,00. O resto é abono. Isto significa o que concretamente?

Significa que quando houver o próximo reajuste que incidirá sobre esse piso, será apenas sobre uma parte do piso. Sobre Cr\$ 3.100.000,00. O resto é o abono congelado.

E aí o que é aparentemente hoje bom, para procurador, para secretário, para delegado de polícia, amanhã vai se constituir na institucionalização de uma política de arrocho salarial, por quê? Porque o piso não será elevado nos mesmos índices da inflação futura. Haverá, portanto, um congelamento de mais da metade do piso daqui para frente. Isso significa que o teto irá cair e a base irá permanecer baixa e aí nós já teremos aprovado o limite de vinte vezes entre o maior e o menor salário. Aí, nós teremos aprovado, como vamos fazer hoje e fizemos ontem, vinculando o salário do desembargador com o salário do Secretário de Estado e aí, Senhores Deputados, haverá daqui para frente, sem política salarial, dinheiro para campanha eleitoral do ano que vem.

Quem daqui ignora que todos os governos deste País estão mantendo a sua capacidade de investimento às custas do arrocho salarial. Quem ignora isto? Alguém aqui acredita que o Governador do Estado ou o seu sucessor se ele se licenciar em plena campanha eleitoral vai pagar salário para professor, para Desembargador, para Secretário ou vai guardar esse dinheiro para aplicar na eleição, para cooptar prefeito como vem fazendo até agora, para fazer obras que geram as famosas contribuições de campanha? Quem ignora isto?

Agora, não é só esta armadilha, Senhores Deputados, e prestem atenção, principalmente do Governo. O Governador do Estado acertou na Mensagem 013/93 que nós os Deputados desvinculássemos os nossos vencimentos da política geral que vai valer para todo o mundo.

E o que vai acontecer daqui a três meses? Não precisa ser profeta para perceber. Os Deputados que arrocharam o salário do juiz; que aprovaram o piso salarial com abono que vai ficar semi congelado; que aprovaram o limite de vinte vezes entre o maior e o menor salário; que aprovaram tudo isto sem política salarial fixada em lei, conforme estava prometido pelo Governo. Mas daqui a três ou quatro meses, como não estamos incluídos na regra geral, talvez nós estejamos com trezentos, quatrocentos milhões de salário e o Desembargador vai voltar aqui, junto com o juiz, com o delegado, junto com o professor, eles vão voltar aqui e mostrar o seu contra-cheque de 150, 200 no máximo.

E aí não fica difícil imaginar, não fica difícil imaginar a nossa situação perante a opinião pública. Chancelamos o arrocho do Governo do Estado, mas nós tiramos o nosso da reta. Isto é ético? Isto é moral? Eu tenho sucessivamente tentado esclarecer aos Deputados que a nossa posição favorável a inclusão dos Deputados na isonomia não é para manter o discurso do PT que sempre foi contra altos salários, não é esta a questão fundamental. A questão é que o Congresso Nacional numa mensagem conjunta com o Poder Executivo e o Poder Judiciário, a nível federal já estabeleceu a isonomia.

Ganham iguais os Ministros de Estado, Ministro do Supremo Tribunal e os Deputados Federais e Senadores. Nós temos que seguir o espírito da Lei da Constituição.

Não podemos criar uma casta separada no Estado de Deputados que estão excluídos disto. Amanhã nós vamos receber o troco no Supremo Tribunal Federal com a inconstitucionalidade que será arguida pelo Tribunal de Justiça.

E fiquem certos, isto é uma outra profecia, não dura muito depois que nós aprovarmos isto o Requião vai entrar na

justiça dizendo que o Deputado não podia ficar fora da isonomia. Querem apostar? E aí talvez muita gente tenha que devolver. Nós devolvermos metade do salário que recebemos.

Isto é um alerta. Esta é a armadilha. E hoje eu estou convencido que tem armadilha. Por quê? Porque quem falta com a palavra pode fazer coisa pior.

Senhores Deputados, a Bancada do PT hoje vai ter o prazer de votar na Mensagem nº 07/93, não com o aditamento do Requião que nos exclui, porque nós ontem ferramos os juizes, mas hoje nós vamos votar a favor da nossa inclusão no arrocho salarial. Nós vamos votar a favor. Vamos tentar apresentar uma emenda que está aqui pronta, transformando, acabando com o caráter abono no piso para evitar que o arrocho salarial daqui para a frente seja feito por baixo e por cima. Vamos fazer a nossa parte.

Agora, eu espero que estas mensagens sejam aprovadas e a Bancada do Governo vai ficar com o ônus daqui para a frente de explicar para a população por que é que a gente ficou fora da isonomia. Ou então explicar para os outros Deputados da Oposição por que é que nós não temos política, que está o Poder Legislativo, que está o poder Judiciário vinculada a vontade soberana do Requião.

Senhores Deputados não se pode, até se pode perdoar a subserviência de alguns que dependem do apoio do Governo para retornar a esta Casa ou porque tem que atender Prefeito, mas não se pode perdoar burrice. A burrice não se admite.

Esta questão é fundamental para o jogo. Está em jogo, aqui, a dignidade do Poder Legislativo. E nós, eu espero que pelo menos a Bancada da Oposição, em peso, se comporte como tal.

Nós não temos que temer a nossa isonomia. Pode até reduzir um pouco o nosso salário. Nós já temos as verbas...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa lembra Vossa Excelência que estamos discutindo o Projeto 186/93.

O SR. ERNANI PUDELL - Todos eles fazem parte de uma composição. Aliás, Vossa Excelência lembrou muito bem: O Projeto de Lei 186/93, é consequência. Só foi encaminhado para esta Casa como acordo, para que nós votássemos o 007/93. E, aqui está faltando a política salarial. Não há como discutí-los separadamente, porque um se encaixa no outro. Como ontem, a posição da Bancada do PT aparentemente contraditória, hoje se explica. Nós votamos daquela forma, junto com o Governo, porque o piso dos desembargadores é exatamente o piso que será fixado no Projeto 186. Haverá isono-

mia entre o Secretário e o Desembargador. Depois nós votaremos o 107. E aí, nós temos por obrigação moral, constitucional e política, votar também com os Deputados.

Esta questão não é demagógica, de marcar posição. Nós não temos outra saída! Porque hoje, o caminho fácil que o Governador nos deu, a saída de retirar, de mandar um aditamento retirando os Deputados, é uma armadilha!

Só não está enxergando isto quem não quer. Nós vamos ser incluídos na "marra", por força de lei, por força de sentença. Isto está evidente. Além de sofrer todo um desgaste, quando nós poderíamos dar o exemplo. Aplicamos o arrocho salarial nos outros. Mas, nós vamos nos submeter, também.

Eu vi, aqui, num monte de Deputados falarem que vão votar na Mensagem da Educação porque já foi Prefeito. Então, eu quero chamar a atenção: algum dos Senhores teria coragem no seu município, de congelar o salário do funcionalismo, em geral, e deixar o seu corrigido de acordo com a inflação? Como é que você vai administrar o município? Esta questão é fundamental.

Se Vossa Excelência quiser um aparte, eu posso lhe conceder.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Se Vossa Excelência me conceder o aparte, eu gostaria de esclarecer que o vencimento do prefeito é tachado pela Câmara de Vereadores. E o vencimento dos Deputados, Vossa Excelência sabe perfeitamente bem que está falando em inglês e quer que a gente entenda em português. Chega de tapeação, Deputado! Fale claro. Fale: eu, que já fui prefeito, o meu vencimento, quem marcou o vencimento foi a Câmara anterior. Estão aí diversos prefeitos. Pergunte se algum deles faz o seu salário. Vossa Excelência está falando coisa que não tem conhecimento. O nosso vencimento é 75% por Lei, do Deputado Federal.

O SR. ERNANI PUDELL - Obrigado. Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Obviamente que Vossa Excelência sabe que eu estava usando o exemplo do prefeito como um comparativo. De alguém que pede para que os outros façam sacrifício, sem fazer. Esta é a questão fundamental.

Segundo, obviamente, Vossa Excelência pelo pouco tempo que frequenta esta Casa, não sabe que a Emenda a que Vossa Excelência se refere, que limita o salário...

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Agradeço Vossa Excelência se me permitir dizer que já fui Deputado...

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, (Questão de Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, para repor as coisas, nesta Casa, que quero pedir a Vossa Excelência o cumprimento do artigo 83, inciso V: "Não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos, ou por ocasião de encaminhamento de votação".

O Deputado Ernani Pudell está encaminhando a votação. Com todo o respeito aos nobres Deputados Luiz Carlos Zuk, apenas para manter a disciplina da Sessão. Não cabe aparte no Encaminhamento da Votação.

E quero mais, Senhor Presidente, eu quero invocar, também, o artigo 20, inciso VII do Regimento, porque aqui diz o seguinte: "São atribuições do Presidente além de outras conferidas neste Regimento". Inciso 7º: "Interromper o orador que se desviar da questão, faltar a consideração aos poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o a ordem e retirando-lhe a palavra".

Então, de raspão estamos pegando ali o nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, porque está dando aparte no momento que não pode. Mas tenho notado que o nobre Deputado Ernani está saindo dos trilhos de vez enquanto, desviando da questão, ofendendo o Poder constituído e, por isso, eu peço a Vossa Excelência também aqui nessa questão de ordem a aplicação do artigo 20, inciso 7º e mais do nº 83, inciso 5º

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procede as questões de Ordem levantadas pelo Deputado Oswaldo Trevisan.

Esta Presidência solicita aos Senhores Deputados que se mantenham dentro daquilo que estabelece estritamente o Regimento da Casa.

Continua com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço, Senhor

Presidente. Eu acho que não sou eu que estou desviando o assunto não. Eu acho que tem muita gente não querendo discutir o assunto fundamental. Nós aqui não somos ingênuos nesta Casa, eu talvez seja aquele mais inexperiente, mais ingênuo do que todos aqui. E talvez até por isso que eu venha aqui na tribuna falar aquilo que todo mundo sabe, mas ninguém quer dizer.

Essa questão é fundamental, eu quero registrar ... para voltar inclusive ao tema específico que a Deputada Emília Belinati, inclusive hoje, já levantou essa questão. Nós estamos votando hoje a Mensagem nº 196/93, com diversas tabelas,

que, numa rápida analisada, porque nós nem tivemos tempo para fazer uma análise profunda.

Descobrimos dezenas e dezenas de distorções, como por exemplo, no caso dos professores, no caso do quadro de professores celetistas. Um professor que trabalha 20 horas, ganha proporcionalmente mais do que um que trabalha 40 e isso está aqui. Para favorecer quem? Para favorecer talvez, alguns que trabalham a nível de administração, que entram com 20 horas com salário proporcional maior, aí ganham uma gratificação por tempo integral e se transformam numa espécie de casta dentro da própria categoria. Existem outras questões embutidas aqui, como por exemplo, está se revogando nesta lei, uma lei complementar e alguns dispositivos, inclusive sendo inconstitucional. Nós poderíamos discorrer aqui sobre esse projeto, feito de uma forma apressada, enfiada goela abaixo desse Poder por mais uma hora. Agora, eu quero encerrar o meu discurso, o meu posicionamento, dizendo aos Senhores Deputados que reflitam sobre o que foi dito aqui. Nós temos que dar, temos que ter um comportamento, não de acordo com a nossa opinião. Eu sei que muitos Deputados... mas Deputado não tem aposentadoria, Deputado não tem licença-prêmio, como tem Juiz, é verdade, não tem um série de privilégios, é verdadeiro. Eu sei que muitos Deputados aqui gastam fortunas para se eleger, é verdade, que isto aqui é transitório, é verdade, que poderemos até em não concordar com a isonomia, nós respeitamos essa posição, mas o que nós temos que colocar concretamente é o seguinte: Nós não somos uma classe de privilegiados e temos que nos enquadrar na lei. Eu, pessoalmente, deixei a minha profissão onde eu ganhava muito mais do que como Deputado, mas eu não vim aqui para fazer carreira, tinha consciência que esse Poder é o Poder de sacrifícios, agora nós não podemos querer transformar em figuras acima de lei, isso não existe, não podemos criar regras para todos e nos auto-excluir, isto é imoral, é anti-ético, é inconstitucional, podemos até discordar mas nós não podemos passar por cima do espírito da Constituição, do espírito da lei, e sobretudo, temos que nos comportar, não de acordo com os nossos interesses pessoais, mas de acordo com o interesse comum. Por isso que quero, dizer que nós iremos da Bancada do Partido dos Trabalhadores votar favorável em primeira discussão do Projeto de Lei 186/93 mas iremos apresentar as nossas emendas. A principal delas é que transforma o piso salarial instituído por essa lei, em piso sim e não em abono, para evitar que no futuro a gente seja responsabilizado pelo achatamento e pelo arrocho salarial que

certamente será feito por aquele que nos colocou nesta armadilha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

A SRA. EMILIA BELINATI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamenta-se que, mais uma vez, tenha essa Assembléia Legislativa, e especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, de se pronunciar, sem tempo para aprofundar aspectos essenciais à decisão dos Srs. Deputados Estaduais, sobre matéria de mais alta importância para os 60 mil servidores do Paraná.

A Mensagem 016/93, que visa reajustar os níveis de vencimentos e salários, tem como imperativo a sua rápida apreciação nesse Poder, para não frustrar ainda mais as expectativas e necessidades dos servidores públicos do Estado.

Não resta dúvida que, de acordo com o artigo 66 da Constituição do Estado, o Governador está cumprindo com sua prerrogativa de dar início ao processo legislativo, no caso presente. Mas, a partir daí, a iniciativa de S.Exa. merece reparos e comentários no âmbito dessa Comissão de Constituição e Justiça.

Senão vejamos:

#### 1. TABELA DO QUADRO GERAL

Não resta a menor dúvida que aos olhos menos atentos, a diferença estabelecida entre o menor e o maior salário - de um para 20 - faz a Administração parecer mais justa. Mas não é o que parece. A pretexto de fazer justiça para alguns, o Governo do Estado prejudica os direitos de outros tantos servidores, conquistados ao longo do tempo. E exige desses ainda maior sacrifício.

Isso fica claro quando se observa a situação dos técnicos operacionais, em início ou final de carreira o salários deles, mesmo existindo 4 letras nas quais são enquadrados, é o mesmo em qualquer circunstância: Cr\$ 6.309.680,89.

O reajuste concedido ao ocupante do Quadro Geral (A-1), do início de carreira, ultrapassou a 100% dos valores percebidos até abril, enquanto um ocupante do nível D-11, do mesmo Quadro, receberá apenas 3,01 %. Ambos terão idêntica remuneração, esquecidos, assim, o tempo de serviço, as ascensões funcionais, formação, entre outros.

Devemos frisar que entre os níveis A-1 e D-11 existem 42 níveis de diferença. Tal distorção poderia ter sido evitada se o Governo tivesse observado o que preceitua a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 27, inciso 10: "A revisão geral e reposição da remuneração dos servidores

públicos, sem distinção de índices entre servidores civis e militares, far-se-á sempre na mesma data."

Com o sistema de reajuste diferenciado, constante dessa tabela, o Governo acabou provocando perdas generalizadas: segundo cálculos de entidades sindicais, elas variam de 7 a 108%. Portanto, a proposta do Poder Executivo, que pretendia justa, não atende ao objetivo proposto. Antes pelo contrário. Os ocupantes dos 44 níveis diferentes, do A-1 ao D-11, receberão os mesmos milhões e trezentos mil cruzeiros, que, além de tudo, convenhamos, é insuficiente na atual conjuntura sócio-econômica, para garantir padrão de dignidade à família do servidor público.

Enquanto isso, os técnicos de nível superior acumularam, entre abril e maio, perdas de 61%, em relação aos técnicos de nível médio.

Na análise da situação criada, a mesma remuneração para servidores de diferentes níveis desrespeita a legislação que instituiu as diferenças interníveis, determinadas pelos avanços vertical e diagonal das carreiras. Corresponde à revogação tácita das leis que incorporam conquistas acumuladas.

Outra amostra das distorções propiciadas pela Mensagem do Governador, para os servidores estaduais, é tirada do Quadro da Polícia Civil.

Com um total de 400% de perdas salariais, desde 1989, segundo dados do DIEESE e do Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná, SINCLAPOL, tais servidores, integrantes da base do órgão, terão acentuadas essas perdas, percebendo os 28% propostos pelo Governador.

Entretanto, pela inserção do dispositivo que delimita o salário-mínimo no serviço público, outra injustiça será cometida com a categoria. Um auxiliar de necrópsia de 4.<sup>a</sup> classe (última posição do Quadro) ganhará quase a mesma quantia que um detetive de 1.<sup>a</sup> classe ou um comissário de Polícia. Não podemos aceitar essa situação, mas isso não significa que sejamos contra a instituição do valor mínimo de remuneração no serviço público. Mas, enquanto o ganho de um auxiliar de necrópsia chegará a quase 100%, totalizando Cr\$ 6.309.680,89, o ganho de detetive de 1.<sup>a</sup> classe estará resumido aos exigüos 28% oferecidos pelo Executivo.

## 2. NECESSIDADE DE POLÍTICA SALARIAL

Tendo em conta que as distorções só vêm sendo aprofundadas, lembramos a necessidade - urgente - da Administração Estadual estabelecer uma política salarial para os servidores.

Isso, não sem antes rever as distorções, para que se possa definir um plano

de cargos e salários.

Frisamos que essa decisão não prescinde da participação dos servidores e da própria sociedade civil organizada a destinatária dos serviços públicos.

## 3. GARANTIA DE DIREITO

Devemos observar também que em sua Mensagem o Governador do Estado desrespeita frontalmente decisões emanadas do Poder Judiciário, através de sentenças transitadas em julgado, reconhecendo direito adquirido dos servidores.

É quando no artigo 9º em seu parágrafo único impõe uma espécie de redutor salarial dos servidores que conquistaram na justiça remuneração maior do que na estabelecida no cargo em que estiverem enquadrados. Por exemplo, caso em que um ocupante do cargo G-6, do Quadro Geral, é favorecido por sentença judicial elevando sua remuneração para o equivalente a um cargo H-9. Pela proposta do Executivo, esse servidor só poderá chegar ao cargo G-11, que é a maior referência dessa letra. E deverá esperar que só após diversos reajustes passe a perceber o que já lhe fora garantido.

Feitas essas considerações, hoje nós tivemos o substitutivo derrubado na CCJ e por isso estamos encaminhando em segunda votação, duas emendas. E, considerando que as graves e prejudiciais distorções contidas nas tabelas anexadas a este projeto, entendemos que só com as devidas correções será possível atender às necessidades dos servidores públicos.

Estamos apresentando uma

### EMENDA ADITIVA

#### AO PROJETO DE LEI N° 186/93

Acrescentar mais um artigo ao Projeto de Lei n° 186/93, nos seguintes termos:

"Art. 11 - A próxima mensagem sobre o reajuste dos servidores públicos estaduais a ser encaminhada à Assembléia Legislativa, deverá conter a correção das distorções existentes nas tabelas de todas as categorias, depois de amplamente discutidas com os representantes dos servidores públicos estaduais e do Poder Legislativo."

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) EMILIA BELINATI

### JUSTIFICATIVA:

Considerando-se as graves e prejudiciais distorções contidas nas tabelas anexadas a esse projeto, entendemos que só com as devidas correções será possível atender-se às necessidades dos servidores públicos do Estado.

### EMENDA MODIFICATIVA

#### AO PROJETO DE LEI N° 186/93

Dá-se nova redação ao Art. 9º do Pro-

texto de Lei n° 186/93, nos seguintes termos:

"Art. 9° - Os servidores que por adequação de reajuste, resultante da transferência da administração indireta para a direta, percebiam salários que extrapolem o valor final da classe correspondente ao cargo ocupado serão enquadrados na referência 11 do respectivo cargo, após a aplicação do índice de 28% (vinte e oito por cento) sobre os valores vigentes em abril de 1993.

Parágrafo Único - Os salários dos servidores que, após aplicado o disposto neste artigo, extrapolem o valor da referência 11, permanecerão nessa situação, sujeitos apenas aos próximos reajustes gerais.

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com esta redação proposta, pretende-se corrigir o que entendemos ser um desrespeito a decisões do Poder Judiciário, que tem nas sentenças reconhecendo direitos dos servidores, revogados."

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

Aprovada a 1.ª Discussão.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 107/93, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 007/93, a remuneração mensal do servidor da Administração Pública direta, autárquica e funcional, de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo, no âmbito deste Poder, os valores percebidos como remuneração em espécie, por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores. EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA MENSAGEM N° 013/93. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 26, de 01.04.93, Mensagem n° 107/93).

Em votação.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, num desafio, quem sabe até contundente, eu fiz uma pergunta aos nobres Pares: a Assembléia está viva ou está morta?

Pergunta desnecessária, pois conhecendo meus companheiros e sabendo do zelo que todos têm em relação à população, em benefício da população, a resposta é imediata: O Poder Legislativo está vivo!

Hoje colocam sob a nossa responsabilidade, em primeiro lugar, a autonomia e a independência do Legislativo. Não aquela autonomia e independência escrita no papel, mas a legítima, a verdadeira, consagrada em atos e fatos!

Em seguida, os destinos de milhares de funcionários, para os quais se criou uma expectativa de uma isonomia, capaz de remunerar dignamente e com justiça os servidores do Estado.

E como é do meu feitio, depois de tantas dificuldades, depois de tantas lutas internas e externas ilustrar o meu pensamento, com mais uma história, eu lembro agora aquele incêndio da floresta, onde um pequeno pássaro buscava lançar incansavelmente a sua gota d'água com o seu bico, intentando apagar o incêndio. Todos já conhecem essa história, apesar da incredibilidade dos meus companheiros e dos seus companheiros de floresta, o pássaro conseguiu e cumpriu sua parte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estou fazendo a minha parte, qual seja: primeiro, buscar a isonomia de remunerações para os servidores públicos, eliminar as injustiças salariais do Paraná, prestigiar o Poder Judiciário do nosso Estado, cumprir a Constituição Federal e a Constituição do nosso Estado, nos seus mínimos detalhes, preservar a economia do Tesouro Estadual, estabelecendo parâmetros com a nossa arrecadação.

Srs. Deputados, esta é a verdade, a verdade não se prende a palavras sem ação, toda vez que isso acontece estamos matando a verdade e o seu brilho. A verdade, Srs. Deputados, está aí nesta emenda, a Mensagem n° 007/93, que foi derrubada na CCJ.

Curvo-me com toda humildade, à alta sabedoria da CCJ, que talvez me corrija se eu estiver errado. Mas a verdade é o homem não aprisionado por conceitos, embora bem formulados e bem elaborados, mas incapaz de satisfazer às necessidades do nosso povo. A única justiça que vale é a certeza de que, além das fisnomias, além das controvérsias e de qualquer questão ideológica exista uma ação transparente de nossos atos; e se quisermos saber onde está a verdade busquemos nas fisnomias inquietas e angustiantes do nosso funcionalismo, toda a expectativa e toda a esperança em nossas decisões.

Srs. Deputados, Sr. Presidente. Os senhores me conhecem perfeitamente e eu não sou daqueles que usam diariamente a tribuna para exercícios de retórica, nem demagogia e muito menos para jogar com a platéia. Os senhores me conhecem, isso não faço, não uso e não aprecio aqueles que o fazem. Dizia há pouco: esse jogo tem uma bandeira de outra cor, seja ela vermelha, ou vermelha e preta, até porque a única bandeira vermelha e preta que eu me simpatizo é a do meu Atlético.

Por essa razão, Srs. Deputados, não vim aqui e não exauri o meu parecer na C.C.J. para fazer demagogia, não é esse o meu intuito, acato a decisão e digo aquilo

que disse ontem, tomara cheguemos o mais próximo da verdade e erremos o menos possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há a proposta original - Mensagem 007 do Poder Executivo - e há o seu aditamento - Mensagem 013. Creio que o ânimo da maioria não reflita o real conteúdo da mensagem que estamos em vias de colocar em votação. Talvez alguns setores não seja interessante para seu Governo ao fim e ao cabo, num momento interessante da vida do País, formular uma política para o funcionalismo público do Paraná.

Quando ontem votávamos aqui nesta Casa e instituíamos o Fundo de Previdência do Estado, impúnhamos à realidade política e administrativa do Paraná, singularidade. Investimentos da ordem de 15 milhões de dólares/mês são feitos pelo Paraná, pela sua gente, pela sua população e com o esforço dos seus servidores no Fundo de Previdência do Estado. Esta é uma referência de política de pessoal. Mas não a única.

Um conjunto de medidas vêm sendo adotadas para recuperar a capacidade de compra e a capacidade de sobrevivência dos trabalhadores que integram a máquina estatal.

Votamos agora a isonomia e, ainda mais precisamente, votamos agora projeto que busca a paridade isonômica entre os Poderes. Não há controvérsia em relação a maior parte dos dispositivos da mensagem governamental. Portanto quero me deter aqui apenas naquilo que é controverso. Todos concordamos, é preciso dar cumprimento à Constituição Federal, como também é preciso dar cumprimento à Constituição Estadual e, mais do que cumprimento à Constituição, é preciso dar cumprimento e atender a um princípio geral de direito que é o princípio da isonomia, segundo o qual para trabalho igual, igual salário. Sobre isto não há controvérsia. Sobre isto ninguém se opõe. A controvérsia está em se devem ou não os Deputados ser incluídos na mensagem ora em apreciação:

A mensagem original do Poder Executivo incluía os Srs. Deputados, não só para fim de referência máxima no âmbito do Poder Legislativo como ainda mais, estabelecia a equiparação da remuneração dos Srs. Deputados com a dos Secretários de Estado e Desembargadores. Este era o conteúdo da mensagem original.

Determinados setores da Assembléia Legislativa se opuseram a esta mensagem, recusando-se inclusive a votá-las por entendimentos os mais diversos. Alguns entendiam que isto significaria cabrestear o

Poder Legislativo à política defendida pelo Poder Executivo. Outros, entendiam que isto significaria a redução da remuneração dos Srs. Deputados. Outros ainda, e entre os quais me incluo, procuramos formular uma justificação jurídica para exclusão dos Srs. Deputados diante do impasse. E daí imaginarmos um conceito que é clássico, de agente público, como o conceito gênero de que são espécies os agentes administrativos e os agentes políticos, aí incluídos os Srs. Deputados.

Mas parece-me que todos estes argumentos técnicos, bem como os argumentos não-técnicos e que guardam uma relação menor com interesses menores que não são os interesses públicos como aqueles que temem a redução da remuneração dos Deputados, não devem merecer a consideração desta Casa. Os argumentos técnicos e jurídicos são importantes.

Eu quero trazer aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados um argumento ético, além dos argumentos técnicos que fiz na sessão de ontem e em discussões anteriores que tivemos em favor da exclusão dos Srs. Deputados. Quero trazer aqui um argumento ético pela exclusão dos Srs. Deputados da Mensagem na forma de aditamento e que foi agora consolidada neste Substitutivo-Geral. O argumento ético que trago à apreciação do Sr. Presidente e Srs. Deputados consiste em compreender que o munus público da atividade política exercida pelos Srs. Deputados tem especificidade e singularidade que o coloca em condição que só pode ser equiparada à condição que exerce o Sr. Governador de Estado e Vice-Governador de Estado. Se equiparação deve ser feita, e creio deva ser feita, e deverá ser objeto de apreciação próxima, é a equiparação entre a remuneração dos Srs. Deputados à remuneração do Chefe do Poder Executivo bem como do Vice-Governador do Estado.

Mas o principal é que há a aparência e a essência. Aparentemente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a exclusão dos Deputados nesta mensagem é oportunismo. Aparentemente, a exclusão dos Srs. Deputados é um interesse menor, é subordinação do chefe do Poder Executivo a pressão de setores da Assembléia Legislativa. Mas, na verdade, o que se tem de concreto é a vedação legal a formação de uma verdadeira casta de privilegiados, que pode ser casta singular ou pode, inclusive, envolver o próprio Poder Legislativo. E explico. Votássemos a equiparação dos Srs. Deputados à remuneração dos Srs. Desembargadores e, via de consequência, dos Srs. Secretários de Estado, estaríamos diante da seguinte situação: a isonomia, na equiparação, se faz mês-a-mês, a remuneração dos Srs. Deputados, como todos sabem, é de oitenta e dois mi-

lhões líquidos, contados aí o que se deve acrescentar: as verbas de ressarcimento da ordem de oitenta e sete milhões; há o entendimento de alguns setores que compreendem tanto as verbas de ressarcimento de despesas, aquelas relacionadas à telefonia, à correspondências e outras mais, como também a remuneração, propriamente dita, de oitenta e dois milhões constituem, todas elas, remuneração. Mas admitamos que prevaleça a força e o conceito de que remuneração é exclusivamente aqueles oitenta e dois milhões.

Portanto, os Srs. Secretários terão a remuneração de oitenta e dois milhões, a preço de maio, como também os Srs. Desembargadores oitenta e dois milhões. Trabalho com a hipótese menor, de valor menor em que não se incluem as verbas de ressarcimento. Mas, além disso, os Srs. Desembargadores e também os Srs. Secretários teriam direito a tudo aquilo que reza o Estatuto da Magistratura, bem como o Estatuto dos Servidores dos Funcionários Civis do Estado. Além dessa remuneração que, como todos, estaria equiparada, haveria todas aquelas previstas na Constituição, entre as quais aposentadoria, que foi eliminada por força de lei que extinguiu o Fundo de Previdência Parlamentar, haveria também férias anuais remuneradas, haveria uma série de outras conquistas constitucionais dos trabalhadores que seriam aplicadas para o Poder Judiciário e para o Poder Executivo e não para o Poder Legislativo.

Portanto, não teríamos de fato uma equiparação; teríamos equiparação durante doze meses, mas todas as demais vantagens e todos os demais direitos dos trabalhadores que seriam estendidos aos agentes atuantes na superestrutura do Judiciário e do Executivo estariam, na verdade, numa casta isolada que empurraria para cima o conjunto da remuneração da superestrutura do Estado.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não bastasse argumento que também ontem foi aduzido, de que sendo a remuneração dos Srs. Deputados reajustada na função do funcionalismo público federal nos põe numa situação singular e muito própria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é de nunca tratarmos da nossa própria remuneração, porque estando definida a remuneração pela Legislatura anterior, que é a remuneração base inicial e sendo reajustada a remuneração a períodos de acordo com o funcionalismo público federal, nós nunca trataríamos da nossa própria remuneração, o que nos parece o mais adequado.

Não bastassem esses argumentos todos, nós teríamos argumento conclusivo que é o argumento ético, pela exclusão dos Srs. Deputados da mensagem na forma proposta

pela exclusão dos Srs. Deputados da mensagem na forma proposta pelo aditamento no interesse público, de outro modo nós teríamos uma situação "sui-generis", que seria ou de magistratura, bem como os membros do Poder Executivo, abdicarem de todas as vantagens que lhes são fornecidas pelo estatuto, bem como pela Constituição Federal ou ao contrário se estender essas vantagens aos membros do Poder Legislativo, o que é absolutamente inaceitável para o estágio atual de desenvolvimento e de debate que se estabeleceu no Estado do Paraná.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua em votação o Projeto de Lei nº 107/93.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Nós estamos votando só o projeto ou a emenda aditiva também? Ou a emenda está fora?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Estamos votando só o projeto. Em segunda discussão nós votaremos a emenda substitutiva.

O SR. ERNANI PUDELL - Então quero só registrar que a Bancada do PT é favorável ao projeto, e não a emenda aditiva do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Será registrado.  
Em votação o projeto.  
Aprovado por unanimidade.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/93, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, da Biblioteca Pública do Paraná, e do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Em Regime de Urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 136/93, fixa os valores dos níveis de vencimentos dos cargos dos servidores ativos e inativos, dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, Serventuários e Servidores Temporários regidos pela C.L.T. e adota outras providências. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 50 de 18.05.93 em 1.<sup>a</sup> Discussão).**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 110/93, dispõe sobre os vencimentos do Ministério Público Estadual. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 40 de 03.05.93. em 1.ª Discussão).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 102/93, fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador, a partir e 1° de março de 1993. **Aprovado**. (Publ. no D.A. n° 40 de 03.05.93 em 1.ª Discussão).

Sobre a Mesa, Requerimento n° 1324, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado**.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação o requerimento.

Aprovado com o voto contrário do Deputado Basílio Zanusso, Deputado Dalton Machuca e da Bancada do PT.

Requerimento n° 1327, de autoria do Sr. Deputado Júlio Bifon, constante do ex-

pediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, marcando uma sessão extraordinária para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 107/93 e 186/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 188/93 e 189/93.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 395/92, 073/93, 075/93 e 086/93.

Levanta-se a sessão.